



**ASSISTENTE SOCIAL – 26 A 50**

**26. (PMLM/URCA 2025) Uma das grandes inovações e avanços do projeto de formação profissional, consiste na lógica dialética que sustenta a formulação dos núcleos de fundamentação, segundo as diretrizes curriculares da ABEPSS, 1996. Assinale a alternativa com todas as opções correta:**

- A) Núcleo de teoria do Serviço Social; Núcleo de História; Núcleo de Fundamentos da Sociedade;
- B) Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da vida social; Núcleo de Fundamentos da Particularidade da formação sócio-histórica da sociedade Brasileira; Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional;
- C) Núcleo de ciência e pesquisa da sociedade brasileira; Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológico do Trabalho Profissional; Núcleo de Teoria e metodologia do Serviço Social;
- D) Núcleo de questões étnico-racial na formação em Serviço Social; Núcleo Teórico-Analítico da prática do Serviço Social; Núcleo de Fundamentos da Sociedade;
- E) Núcleo de Fundamentação das diretrizes do Serviço Social; Núcleo de teoria do Serviço Social; Núcleo de Fundamentos da Particularidade da formação sócio-histórica da sociedade Brasileira.

**27. (PMLM/URCA 2025) A lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências. Capítulo VIII - das outras receitas. No Art 27. Constituem outras receitas da seguridade social: assinale a alternativa incorreta:**

- A) As multas, a atualização monetária e os juros moratórios;
- B) A remuneração recebida por serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança prestados a terceiros;
- C) As demais receitas patrimoniais, industriais e financeiras;
- D) As doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais;
- E) 30% (trinta por cento) dos valores obtidos e aplicados na forma do parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal.

**28. (PMLM/URCA 2025) A lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui o plano de custeio, e dá outras providências. em seu artigo 7º, trata sobre as competências, assinale a alternativa correta.**

- A) Estabelecer as diretrizes gerais e as políticas de integração entre as áreas, observado o disposto no inciso VIII do art. 194 da Constituição Federal; apreciar os termos dos convênios firmados entre a seguridade social e a rede bancária para a prestação dos serviços;
- B) Aprovar e submeter os programas anuais e plurianuais da Seguridade Social; aprovar e submeter ao Órgão Central do Sistema de Planejamento Estadual e de Orçamentos a proposta orçamentária mensal da Seguridade Social;
- C) Estudar, debater e aprovar proposta de recomposição periódica dos valores dos benefícios e dos salários-de-contribuição, a fim de garantir, de forma permanente, a preservação de seus valores reais; acompanhar e avaliar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas realizados, exigindo prestação de contas;
- D) Supervisionar e fiscalizar os trabalhos de implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador, bem como sugerir as medidas legais e administrativas; divulgar todas as suas deliberações;
- E) Zelar pelo fiel cumprimento do disposto nesta lei e na legislação que rege a Seguridade Social, assim como pelo cumprimento de suas deliberações; instituir o Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador (CNT), criado na forma dos Decretos nºs 97.936, de 10 de julho de 1989 e 99.378, de 11 de julho de 1990.

**29. (PMLM/URCA 2025) A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu art.16 – que trata dos programas e serviços de habilitação e reabilitação para a pessoa com deficiência, garante que:**

- A) Provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;
- B) Prestação de serviços próximo ao domicílio da pessoa com deficiência, inclusive na zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS); oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência.
- C) Capacitação continuada de todos os profissionais que participem dos programas e serviços. - Tecnologia assistiva, tecnologia de reabilitação, materiais e equipamentos adequados e apoio técnico profissional, de acordo com as especificidades de cada pessoa com deficiência; - organização, serviços, métodos, técnicas e recursos para atender às características de cada pessoa com deficiência;



D) Atuação permanente, integrada e articulada de políticas públicas que possibilitem a plena participação social da pessoa com deficiência; prestação de serviços próximo ao domicílio da pessoa com deficiência, inclusive na zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

E) O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas.

**30. (PMLM/URCA 2025) Segundo Martins (2004), nas décadas de 1940 e 1950, com a institucionalização da profissão, marcada pela aproximação com os estados unidos, altera-se a formação profissional do serviço social no Brasil, e o exemplo claro dessa mudança é o desenvolvimento de comunidade que se inicia na zona rural e depois se expande para a cidade. Nesse período, como também em 1960 e 1970, apresentam-se métodos reproduzidos pelo serviço social. Quais são eles?**

A) Método de caso, método de grupo e método de comunidade;

B) Método de formação, método de desenvolvimento, método de reconceitualização;

C) Método de projeto ético, método de emancipação política, método de sociedade;

D) Método de pesquisa, método de trabalho, método de sociedade;

E) Método dialético, método investigativo, método de trabalho constitutivo;

**31. (PMLM/URCA 2025) Constituída pelas teorias, metodologias, instrumentos, técnicas e habilidades para realizar a ação, a dimensão técnico-operativa do planejamento indica as possibilidades de operar instrumentalmente sobre a realidade das práticas sociais produzindo determinados resultados. É a perspectiva lógico-racional do planejamento, segundo Baptista (2001) realiza-se por meio de operações complexas e interligadas promovendo um processo dinâmico e contínuo. Assinale a alternativa que contempla as operações.**

A) Planos, Programas, Projetos e relatórios;

B) Universalidade, Visibilidade social, controle social;

C) Democratização, Cognoscibilidade, Compromisso social;

D) Monitorar e Avaliar sistematicamente a política e o exercício profissional;

E) Reflexão, Decisão, Ação, Retomada da reflexão.

**32. (PMLM/URCA 2025) Com base na lei orgânica da seguridade social, em seu Art. 27 constitui outras receitas da seguridade social, assinale a alternativa correta:**

A) Ao Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador incumbe supervisionar e fiscalizar os trabalhos de implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador; outras receitas previstas em legislação específica.

B) 50% (cinquenta por cento) dos valores obtidos e aplicados na forma do parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal; as doações, legados subvenções e outras receitas eventuais;

C) As demais receitas patrimoniais, industriais e financeiras; a existência na Administração Pública Federal de cadastro completo dos trabalhadores e das empresas;

D) Aprovar e submeter ao Órgão Central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamentos a proposta orçamentária anual da Seguridade Social; O Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador terá 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes;

E) A presidência do Conselho Gestor será exercida por um de seus membros, eleito para mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução; 40% (quarenta por cento) do resultado dos leilões dos bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal;

**33. (PMLM/URCA 2025) “A família é uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual está inserida. Isto pressupõe compreender as diferentes formas de famílias em diferentes espaços de tempo, em diferentes lugares, além de percebê-las como diferentes dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo. Esta percepção leva a pensar as famílias sempre numa perspectiva de mudança, dentro da qual se descarta a ideia de modelos cristalizados para se refletir as possibilidades em relação ao futuro”. A citação é de qual autor, assinale a alternativa correta.**

A) Sonia Aparecida Cornely;

B) Marta Sanches de Oliveira;

C) Ieda Maria de Oliveira;

D) Regina Célia Tamasso Mioto;

E) Maria Lúcia Martinelli.

**34. (PMLM/URCA 2025) A lei orgânica da assistência social, em seu capítulo III - da organização e da gestão em seu Art. 11. Relata que as ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de**



**forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos estados, ao distrito federal e aos municípios. Em seu Art. 12, define o que compete à união, assinale a alternativa incorreta:**

- A) Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- B) Responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art.203 da constituição;
- C) Cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;
- D) Atender em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistências de caráter de emergência;
- E) Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento.

**35. (PMLM/URCA 2025) A lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no título III da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar em seu capítulo I, que trata das medidas integradas de prevenção, no seu art. 8º a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: assinale a alternativa incorreta:**

- A) A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;
- B) A celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;
- C) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual;

D) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

E) A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.

**36. (PMLM/URCA 2025) No âmbito da seguridade social, a comprovação da condição prevista no inciso III poderá ser feita mediante declaração da pessoa com deficiência ou, no caso de sua incapacidade para os atos da vida civil, do seu curador ou tutor. Art. 10. Para fins de identificação da pessoa com deficiência e do idoso e de comprovação da idade do idoso, deverá o requerente apresentar um dos seguintes documentos: assinale a alternativa incorreta:**

- A) Certidão de nascimento;
- B) Certidão de casamento;
- C) Carteira de registro no conselho.
- D) Carteira de identidade;
- E) Certificado de reservista.

**37. (PMLM/URCA 2025) Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. em seu art. 1º. aprovar a tipificação nacional de serviços socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do suas: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. de acordo com a tipificação, assinale a alternativa que não faz parte dos serviços da proteção social especial de alta complexidade:**

- A) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
- B) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: -(abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva)
- C) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- D) Serviço de Acolhimento em República;
- E) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

**38. (PMLM/URCA 2025) A lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, no capítulo II - do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Com base no Art. art. 16. Que fala sobre o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: assinale a alternativa incorreta:**



- A) Brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- B) Participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação;
- C) Opinião e expressão; crença e culto religioso;
- D) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, sem ressalvas ou restrições legais;
- E) Buscar refúgio, auxílio e orientação; brincar, praticar esportes e divertir-se.

**39. (PMLM/URCA 2025) a lei nº 8662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Em seu Art.8º trata sobre as competências do conselho federal de serviço social (CFESS) na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das suas atribuições. assinale a alternativa incorreta:**

- A) Assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário; orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;
- B) Aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS; aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- C) Julgar, em primeira instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS; prestar assessoria consultiva aos organismos privados, em matéria de Serviço Social;
- D) Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional; estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- E) Aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS; orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.

**40. (PMLM/URCA 2025) a lei nº 8080/90 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços, em seu capítulo III- da organização, da direção e da gestão, no Art. 13 trata sobre a articulação das políticas e programas, a cargo das atividades que as comissões interceptoras abrangerá. Assinale a alternativa correta:**

- A) Definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde;

- B) Administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde;
- C) Acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais;
- D) Alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia; e saúde do trabalhador.
- E) Elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador; participação de formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente.

**41. (PMLM/URCA 2025) Vários autores têm se dedicado a pensar as condições sociais vinculadas a superação da pobreza e indigência destas realidades, no sentido de estabelecer, de acordo com cada uma a agenda política de combate a pobreza e o enfrentamento das desigualdades sociais.**

(...) O conceito de pobreza é relativo, refletindo os hábitos, valores e costumes de uma sociedade; entretanto, com a globalização, essa noção passa a aproximar-se de uma medida comum. Os indicadores utilizados para estimar o grau de pobreza de uma sociedade partem de medidas quantitativas comparativas, demarcando os estratos sociais que enfrentam os mais baixos padrões de vida. Esse trecho é uma fala de qual autora:

- A) Aldaíza de Oliveira Sposati
- B) Georg Simmel
- C) Jean-Jacques Rousseau
- D) Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg
- E) Djamila Ribeiro

**42. (PMLM/URCA 2025) A lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, parte especial-título I em seu capítulo II – das entidades de atendimentos – nas disposições gerais, no Art. 91, fala sobre as entidades não-governamentais que somente poderão funcionar depois de registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, o qual comunicará o registro ao conselho tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade. Em seu parágrafo único. Trata sobre a negação do registro à entidade, que foi incluído pela lei nº 12010 de 2009. Assinale a alternativa incorreta:**

- A) Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;
- B) Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- C) Tenha em seus quadros pessoas inidôneas.





- D) Não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis.
- E) Esteja regularmente constituída.
- 43. (PMLM/URCA 2025) A lei 8080/90 em seu título III-a (incluído pela lei nº14.510 de 2022), trata sobre a tele saúde, em seu Art. 26-a. A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do poder executivo federal e obedecerá aos seguintes princípios, assinale a alternativa correta:**
- A) Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- B) Autonomia do profissional de saúde, dignidade e valorização do profissional de saúde, assistência segura e com qualidade ao paciente;
- C) As especializações na forma de treinamento em serviço sob supervisão serão regulamentadas por Comissão Nacional, instituída de acordo com o art. 12 desta Lei, garantida a participação das entidades profissionais correspondentes;
- D) Taxas, multas, emolumentos e preços públicos arrecadados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais;
- E) acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais; Participação na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde.
- 44. (PMLM/URCA 2025) A lei nº 8.069 , de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescentes e da outras providências. No capítulo II - do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Em seu Art. 18-b, incluído pela lei 13.010, de 2014 fala: os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, de acordo com as medidas que serão aplicadas, assinale a alternativa que não faz parte do Art. 18b.**
- A) Encaminhamento e Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- B) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- C) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- D) Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- E) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- 45. (PMLM/URCA 2025) O código de ética profissional do assistente social (aprovado em 30 de janeiro de 1975) no título III que trata das medidas disciplinares, no Art. 9º - fala sobre as infrações aos dispositivos do presente código estão sujeitas às medidas disciplinares: assinale a alternativa incorreta:**
- A) Advertências em aviso reservado;
- B) Censura em aviso reservado;
- C) Censura em publicação oficial;
- D) Suspensão do exercício profissional até 90 (noventa) dias;
- E) Cassação do exercício profissional “ad-referendum” do Conselho Federal.
- 46. (PMLM/URCA 2025) Manter o processo de formação profissional sob permanente e crítica atualização, torna-se cada vez mais uma necessidade dos diferentes campos profissionais. Na conjuntura em que o modo de produção capitalista busca permanecer vigente, se articulando na superação de suas crises, pausas para discussões e reflexões em torno na formação acadêmica dos assistentes sociais. Considerando a articulação do modo de produção capitalista que rompe as barreiras de sua continuidade, cabe aqui ressaltar o processo de ajustamento do sistema de educação ao modo de produção vigente. Esta adequação, passa por dentro da contra-reforma do estado em conexão ao ajuste neoliberal que se iniciou na América Latina e no Brasil. Assinale o período correto do processo.**
- A) Na América Latina nos anos 1940 e no Brasil na década de 90.
- B) Na América Latina nos anos 1890 e no Brasil na década de 86.
- C) Na América Latina nos anos 1950 e no Brasil na década de 80.
- D) Na América Latina nos anos 1990 e no Brasil na década de 90.
- E) Na América Latina nos anos 1970 e no Brasil na década de 90.



**47. (PMLM/URCA 2025) A lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994, dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o conselho nacional do idoso e dá outras providências. Em seu capítulo IV das ações governamentais no artigo 10 - na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos: I - na área de promoção e assistência social: assinale a alternativa correta:**

- A) Planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso; prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais.
- B) Inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- C) Desenvolver formas de cooperação entre as secretarias de saúde dos estados, do distrito federal, e dos municípios e entre os centros de referência em geriatria e gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais;
- D) Incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.
- E) Garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado; criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento;

**48. (PMLM/URCA 2025) A lei N° 11.340, de 7 de agosto de 2006 - cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da constituição federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera os decretos-lei N° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (código de processo penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (código penal), e a lei N° 7.210, de 11 de julho de 1984 (lei de execução penal); e dá outras providências (lei maria da penha). o capítulo III - que trata do atendimento pela autoridade policial, em seu Art. 10-a. coloca que: é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. (incluído pela lei n° 13.505, de 2017) em seu § 1º a inquirição de mulher em situação de violência**

**doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá diretrizes, assinale abaixo, a alternativa correta:**

- A) O depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a degravação e a mídia integrar o inquérito; encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;
- B) Salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar; garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;
- C) Se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar; quando for o caso, a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial;
- D) Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis;
- E) A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.

**49. (PMLM/URCA 2025) No âmbito da divisão sociotécnica do trabalho o Serviço Social é regulamentado como profissão liberal, o assistente social de relativa autonomia na condução do exercício profissional. Porém, essa autonomia é fortemente tensionada pela relação de compra e venda do trabalho profissional a diferentes instituições empregadoras. Visto que, para a realização do trabalho, o assistente social depende da organização da atividade do Estado, do setor privado e do terceiro setor para efetivação da ação profissional. Essa relação entre o trabalho profissional e espaço sócio ocupacional, atribui à profissão o estatuto de profissional assalariado. Estatuto esse, que condiciona o assistente social às mesmas implicações as quais são submetidas à classe trabalhadora. Nesse contexto, para Iamamoto, qual é o trabalho do Assistente Social:**

- A) É o processo de reestruturação, com vistas a recuperação do seu ciclo de reprodução que afetou fortemente o mundo do trabalho. Particularmente nos últimos anos, intensificaram as transformações no próprio processo produtivo, por



meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível para o capital. Essas transformações decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outra, dada pela necessidade de controlar o mundo do trabalho

- B) É a reestruturação produtiva se insere no eixo da reestruturação política, social e econômica do novo estágio de acumulação. Ela constitui o novo modelo de racionalização das empresas, determinando modificações na sua estrutura, nas políticas econômicas de expansão nos processos de produção, organização e gestão da força de trabalho, com ênfase no controle do processo de trabalho e na criação de uma nova cultura pautada competitividade do mercado globalizado.
- C) É elucidar o exercício profissional nas particulares condições e relações de trabalho em que se inscreve, reconhecendo tanto suas características enquanto trabalho útil ou concreto [...], quanto sua dimensão de trabalho humano abstrato, em seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social. [...]. Analisar o trabalho do assistente social é trata-lo de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores, e suas lutas, que sofrem perdas decisivas em suas conquistas históricas.
- D) É caracterizada por alterações significativas provocadas na cultura como a troca de valores, o respeito ao consumo, entre outras que levam o ser humano a viver uma época de incertezas. No nível do conhecimento, a modernidade explica o mundo pela razão, já a pós modernidade, apresenta uma tendência de fragmentação do sujeito, a não compreensão da realidade em sua totalidade.
- E) É a flexibilidade no processo de trabalho, em contra a partida à riqueza da linha de produção, da produção em massa em série; uma flexibilidade do mercado de trabalho que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos, mas buscam atender particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma flexibilização dos padrões de consumo.

**50. (PMLM/URCA 2025) O código de ética do serviço social, é o documento que estabelece os princípios fundamentais e as normas que guiam a atuação profissional do assistente social. Os anos de 1947, 1965, 1975 e 1986 são os anos da criação e evolução desse código. A evolução reflete mudanças no contexto social, político e teórico da profissão no Brasil. Com base nas características conhecidas. Assinale a alternativa correta:**

- A) Em 1947 as Características eram eurocêtricos, com jurídico estatal e com forte ênfase no comportamento individual;
- B) Em 1965 Tem O Contexto, a primeira regulamentação da profissão (1957) e transformações sociais no Brasil. E tem

Características DE REFORMULAÇÃO, mas ainda baseado em valores cristãos.

- C) Em 1975 conta-se com a influência da forte base moral religiosa e tem características a busca por uma teoria profissional mais elaborada;
- D) Em 1986 é o ano da Lei de Regulamentação da profissão. Ela estabelece as condições para o exercício da profissão, como a graduação e o registro no conselho;
- E) Em 1947 esse código surgiu no contexto da redemocratização e da luta pela reconstrução da profissão. Rompeu com o conservadorismo, afirmando o compromisso ético-político com a classe trabalhadora, e rejeitando a neutralidade.